

RECURSO ESPECIAL Nº 1.635.498 - PR (2016/0285095-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : CELSO HENRIQUE BERTOLAZO
RECORRENTE : HÉLIO YOSHIY
RECORRENTE : TUFFIY MIGUEL KAIRUZ - ESPÓLIO
REPR. POR : IRACI SALOMAO KAIRUZ - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : SANDRA MARIA KAIRUZ YOSHIY - PR020002
LEANDRO ISAIAS CAMPI DE ALMEIDA - PR028889
MÁRCIO AURÉLIO DO CARMO E OUTRO(S) - PR041947
RECORRIDO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI - PR020456
BRÁULIO BELINATI GARCIA PEREZ - PR020457
MARCIA APARECIDA DE JESUS PITTA E OUTRO(S) - PR029694
INTERES. : BANCO BANESTADO S.A

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CELSO HENRIQUE BERTOLAZO e OUTRO, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

"RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE VALORES APROPRIADOS INDEVIDAMENTE - "NHOC" OU "SEGUNDO LANÇAMENTO" - C/C REVISIONAL DE CONTRATOS DE ABERTURA DE CONTA CORRENTE. SENTENÇA PELA PARCIAL PROCEDÊNCIA.

APELO DO BANCO. AGRAVO RETIDO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NOTÁVEL HIPOSSUFICIÊNCIA DO CORRENTISTA FACE O CONHECIMENTO JURÍDICO-CONTÁBIL E A ESTRUTURA TÉCNICA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. NÃO PROVIMENTO. RAZÕES DO APELO. INÉPCIA DA INICIAL. PETIÇÃO CLARA E PRECISA. NÃO ACOLHIMENTO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BOA -FÉ E DA SUPRESSIO. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE INÉRCIA DOS CORRENTISTAS E DE INDÍCIOS OBJETIVOS DE QUE O DIREITO NÃO SERIA MAIS EXERCIDO. NÃO PROVIMENTO. PREJUDICIAL DE MÉRITO. TESE DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO. AÇÃO DE NATUREZA PESSOAL. APLICAÇÃO DA REGRA DE TRANSIÇÃO DO ART. 2.028, CC. PRAZO PRESCRICIONAL VINTENÁRIO. INEXISTÊNCIA DE PERÍODO PRESCRITO. PREJUDICIAL REJEITADA. CAPITALIZAÇÃO ANUAL DE JUROS EM CONTA CORRENTE. AUSÊNCIA DE PACTUAÇÃO EXPRESSA. EXCLUSÃO MANTIDA. TARIFAS E

LANÇAMENTOS SEM AUTORIZAÇÃO. ALEGAÇÃO DE LEGALIDADE E CONTRAPRESTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SEGUNDO LANÇAMENTO OU ESQUEMA NHOC. PRÁTICA ABUSIVA. TARIFAS SEM PRÉVIA CONTRATAÇÃO. PRÁTICA INACEITÁVEL. SÚMULA 44 DESTA CORTE. NÃO PROVIMENTO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. CUMULAÇÃO COM OUTROS ENCARGOS DE MORA. IMPOSSIBILIDADE. NÃO ACOLHIMENTO. ENCARGOS DE MORA NA RESTITUIÇÃO. PRETENSÃO DA FIXAÇÃO DA TAXA SELIC. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PROCEDÊNCIA DESTE PEDIDO

APELO DOS AUTORES. TARIFAS SEM PRÉVIA CONTRATAÇÃO. PRÁTICA INACEITÁVEL. SÚMULA 44 DESTA CORTE. CONSTATAÇÃO DO QUANTUM POSTERGADA PARA A FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO. ARTIGO 354 DO CC. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO EM SEDE DE LIQUIDAÇÃO. NÃO PROVIMENTO. ARTIGO 42 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. ALEGAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ÍNDICE, CAPITALIZAÇÃO DE JUROS E COBRANÇA DE TARIFAS DE ACORDO COM A PREVISÃO CONTRATUAL. NEGATIVA DE APRESENTAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL. COBRANÇA INDEVIDA COM EVIDENTE MÁ-FÉ. PROCEDÊNCIA.

APELAÇÃO CÍVEL DO BANCO CONHECIDA. AGRAVO RETIDO NÃO PROVIDO. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL PARCIALMENTE PROVIDO.

APELAÇÃO CÍVEL DOS AUTORES CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA." (e-STJ,fl. 4754/4755)

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fl. 4796/4807)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts.artigo 535, incisos I e II, do CPC/73 e art. 354 do Código Civil de 2002, e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, que: 1) o acórdão não examinou a incompatibilidade da aplicação da imputação do pagamento com a operação de conta corrente, nem com o Código de Defesa do Consumidor, nem o fato de que adoção de tal prática inova na relação jurídica contratual, em prejuízo do correntista, posto que não era adotada pelos bancos; 2) o art. 354 do Código Civil não tem aplicação imperativa no caso dos auto, pois os créditos havidos em conta corrente com saldo devedor devem antes amortizar o principal, por serem a base de cálculo de juros futuros, posto que mais gravosa, para só então pagar os juros.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 4879)

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia, como se verá adiante. É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte.

Quanto à possibilidade de aplicação, ao caso dos autos, da regra de imputação do pagamento prevista no art. 354 do CC, a Corte de origem assim decidiu:

"Buscam os autores a reforma da sentença na parte em que determinou a aplicação do artigo 354 do atual Código Civil.

Em que pese já tenha me posicionado de forma diversa ao discutido aqui, me curvo ao posicionamento da Câmara para que seja aplicada a regra contida no artigo 354 do CC, na fase de liquidação de sentença.

O artigo prescreve que: "havendo capital e juros, o pagamento imputar-se-á primeiro nos juros vencidos, e depois no capital, salvo estipulação em contrário, ou se o credor passar a quitação por conta do capital".

Ainda que aplicável ao caso a regra do artigo 354 do Código Civil, sua aplicação deve ser de forma mitigada, como bem observa o Juiz de Direito Substituto em 2º Grau Dr. Luiz Henrique Miranda: "de modo que, para a amortização ou liquidação dos juros e subsequente amortização do capital, seja utilizada a diferença positiva entre créditos e débitos realizados a cada dia, mantendo-se os juros não pagos em conta separada, até que haja recursos suficientes à sua liquidação, sem que, sobre eles, incidam novos juros" (Apelação Cível nº 1.315.800-0) Assim sendo, o recurso dos autores não merece provimento, mantendo a sentença com a observação de que na liquidação de sentença a regra da imputação deverá observar os parâmetros acima estabelecidos." (e-STJ fl. 4775)

Como visto, a Corte de origem determinou a aplicação do art. 354 do CC, no que decidiu de acordo com o entendimento desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. BANCÁRIO.

REVISÃO DE CONTRATO. ABERTURA DE CONTA CORRENTE E ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (CHEQUE ESPECIAL). IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO. REEXAME DE PROVAS. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DEFICIENTE. NÃO OCORRÊNCIA.

1. O Tribunal de origem dirimiu de modo fundamentado e claro a controvérsia. O acórdão recorrido não é omissivo, obscuro ou contraditório, nem contém erro material. Rejeita-se a alegação de ofensa aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015.

2. A imputação do pagamento primeiramente nos juros é instituto que, via de regra, alcança os contratos em que o pagamento é diferido em parcelas. Objetiva diminuir a oneração do devedor. Ao impedir que os juros sejam integrados ao capital para, só depois dessa integração, ser abatido o valor das prestações, evita que sobre eles (juros) incida novo cômputo de juros. É admitida a utilização do instituto quando o contrato não disponha expressamente em contrário.

Precedentes.

3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1735450/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 02/04/2019, DJe 08/04/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO. ART. 354 DO CC/2002. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Capitalização de juros, juridicamente, corresponde ao fenômeno de inserir no capital principal os juros apurados no período anterior para, em seguida, fazer incidir novos juros relativos ao período subsequente. Precedentes.

2. A imputação do pagamento é instituto jurídico por meio do qual se mantêm destacados os montantes relativos ao capital principal e juros no momento do pagamento, fazendo-se a dedução primeiramente nos juros e, só após o seu integral pagamento, amortizando o capital principal.

3. Trata-se de institutos jurídicos distintos e independentes, que podem ser cumulados quando contratualmente prevista a capitalização dos juros. 4. O Tribunal de Justiça delineou a controvérsia com apoio nos elementos de fato e prova coligidos aos autos. Nesse contexto, a revisão do julgado esbarra no óbice da Súmula n. 7/STJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1648118/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 06/11/2017)

Ademais, concluiu o acórdão recorrido que a imputação do pagamento deve ser feita de forma mitigada, pois os juros não pagos deverão ser colocados em conta separada, a fim de que, sobre eles, não incidam novos juros, o que afasta a alegação do recorrente de que os créditos havidos em conta corrente com saldo devedor devem antes amortizar o principal, para evitar que os juros futuros incidam sobre os juros vencidos.

Contudo, tal fundamento, autônomo e suficiente à manutenção do v. acórdão recorrido, não foi impugnado nas razões do recurso especial, convocando, na hipótese, a incidência da Súmula 283/STF, segundo a qual *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*. Neste sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DAS RAZÕES DO ACÓRDÃO ESTADUAL. INCIDÊNCIA DO VERBETE Nº 283/STF.EXECUÇÃO. CÉDULA RURAL. ARGUIÇÃO DE EXCESSO DE COBRANÇA. ANÁLISE. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

1. Ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo, aplica-se, por analogia, o óbice da Súmula nº 283, do STF.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 687.997/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 13/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COMINATÓRIA. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADOS. SÚMULA 283/STF. RESCISÃO UNILATERAL. BENEFICIÁRIO EM TRATAMENTO MÉDICO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

1. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, de fundamento autônomo e suficiente à manutenção do acórdão recorrido atrai o óbice da Súmula 283 do STF, segundo a qual: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

2. Não obstante o plano de saúde coletivo possa ser rescindido unilateralmente, mediante prévia notificação do usuário, esta Corte reconhece ser abusiva a rescisão do contrato durante o tratamento médico garantidor da sobrevivência e/ou incolumidade física, como no caso em apreço, no qual a segurada diagnosticada com câncer se encontra em tratamento oncológico.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1298878/SP, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator